
FLEXIBILIZAÇÃO E PRECARIEDADE: A REALIDADE LABORAL DAS TRABALHADORAS DO COMPLEXO ENERGÉTICO EM QUEVEDOS (RS)

FLEXIBILIZATION AND PRECARIETY: THE LABORAL REALITY OF FEMALE WORKERS AT THE ENERGY COMPLEX IN QUEVEDOS (RS)

FLEXIBILIZACIÓN Y PRECARIEDAD: LA REALIDAD LABORAL DE LAS TRABAJADORAS DEL COMPLEJO ENERGÉTICO DE QUEVEDOS (RS)

Giovana Duarte¹
Laura Senna Ferreira²

Resumo

A instalação de quatro centrais de pequenas usinas hidrelétricas na cidade de Quevedos, no estado do Rio Grande do Sul, provocou o surgimento de diversas empresas e de trabalhadores de geografias distintas no território. A alteração na estrutura ocupacional do município ofereceu empregos subcontratados e informais em diferentes setores (alimentícios, limpeza, construção civil e administrativo), assentados na flexibilidade laboral. Como consequência, surgiram demandas por serviços sexuais no local. Este artigo busca analisar a precariedade das condições de trabalho e a formação de um território de gênero entre os espaços das usinas e os prostíbulos locais. A metodologia é de natureza qualitativa e, como técnica, utilizou-se entrevistas com um grupo de mulheres que atuam na órbita do complexo energético, com um agente administrativo, com profissionais liberais e com informantes; também, fez-se a análise documental de mídias digitais, jornais, imagens e redes sociais. O artigo traz à tona um território de gênero, a partir das experiências das trabalhadoras no que tange à precariedade das condições objetivas de trabalho (altas jornadas, baixos salários, instabilidade, mobilidade geográfica, etc.), e, na dimensão subjetiva, identifica-se a perda do controle sobre a própria vida, tendo, como corolário, tanto as opressões nas relações de gênero (dupla jornada, assédios e violências) como as resistências laborais.

Palavras-chave: Território de gênero; Trabalho feminino; Flexibilidade; Precariedade.

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação Strictu Senso em Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), e bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). E-mail: giovanaduarte66@gmail.com.

² Doutora em Sociologia. Professora do Programa de Pós-Graduação Strictu Senso em Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). E-mail: laurasennafe@hotmail.com.

Abstract

The installation of four small hydroelectric power plants in the city of Quevedos, in the State of Rio Grande do Sul, brought several companies and workers from different geographies, in the territory. The municipality's occupational structure change offered subcontracted and informal jobs in different sectors (food, cleaning, civil construction and the administrative sector) based on labor flexibility. Likewise, demands for sexual services emerged on the spot. The article analyzes the working condition precariousness and a gendered territory between plants and local brothels' spaces. The methodology is qualitative. It uses interviews with a group of women who work in the orbit of the energy complex, administrative agents, liberal professionals and informants, and document analysis in digital media, newspapers, images, and social networks. The study brings up a gender territory based on female workers' experiences regarding precariousness in objective work conditions (long hours, low wages, instability, geographic mobility, etc.) and the subjective dimension. Therefore, it was possible to configure the loss of control over one's own life, resulting in oppression in gender relations (double shift, harassment, and violence) and labor resistance.

Keywords: Gender territory; Women's work; Flexibility; Precariousness.

Resumen

La instalación de cuatro pequeñas usinas hidroeléctricas en la ciudad de Quevedos, en el Estado de Rio Grande do Sul, provocó el surgimiento de diversas empresas y trabajadores de geografías distintas en el territorio. La alteración en la estructura ocupacional del municipio ofreció empleos subcontratados e informales en diferentes sectores (alimenticios, limpieza, construcción civil y el sector administrativo) y asentados en la flexibilidad laboral. Igualmente, surgieron demandas por servicios sexuales, en el lugar. Este artículo busca analizar la precariedad de las condiciones de trabajo y la formación de un territorio de género entre los espacios de las usinas y los prostíbulos locales. La metodología es de naturaleza cualitativa, como la técnica utilizada en las entrevistas con un grupo de mujeres que actúan en la órbita del complejo energético, el agente administrativo, los profesionales liberales e informantes, así como el análisis documental en medias digitales, diarios, imágenes y redes sociales. El artículo se refiere a un territorio de género a partir de las experiencias de las trabajadoras en lo que se refiere a la precariedad en las condiciones objetivas del trabajo (muchas horas por día, bajos salarios, inestabilidad, movilidad geográfica, etc.) y en la dimensión subjetiva. Por lo tanto, se configuró en la pérdida del control sobre la propia vida, teniendo como resultado las opresiones en las relaciones de género (doble jornada, asedios y violencias) como las resistencias laborales.

Palabras clave: Territorio de género; Trabajo femenino; Flexibilidad; Precariedad.

INTRODUÇÃO

No ano de 2018, deu-se, na cidade de Quevedos (RS) e região, a instalação de quatro centrais de pequenas usinas hidrelétricas, as quais demandaram a presença de diferentes empresas que atuam em âmbitos nacional e internacional. O complexo energético foi responsável pelo surgimento de ocupações variadas, com mão de obra de trabalhadores de geografias distintas, consoante aos setores administrativos, de construção civil, de limpeza e de alimentos, com frequência, subcontratados e/ou informais. O período também é marcado pela emergência e pela ampliação da prestação de serviços sexuais no local. No entanto, a instalação das usinas pouco contribuiu na geração de empregos para a população citadina e, mesmo, para uma mudança significativa na economia local. Os espaços laborais na órbita das usinas são caracterizados, não raramente, pela flexibilidade do trabalho.

O cenário expressa as mudanças no mundo do trabalho, a partir da reestruturação produtiva e da ampla flexibilidade, favorável ao capital, que vem permitindo a expansão das mudanças técnicas e organizacionais do trabalho. Como consequência, acompanha este processo o aumento dos conflitos e das resistências nos espaços laborais e a complexificação da classe trabalhadora, além do descontrole de sua vida (HIRATA, 2002; ANTUNES, 2011).

O estudo possui, como metodologia, a pesquisa documental em arquivos oficiais, como atas da Câmara de Vereadores, *sites* de notícias, vídeos, imagens e redes sociais, além de entrevistas narrativas, incluindo recursos da história oral e da história de vida, com trabalhadoras que atuam nas usinas (profissionais liberais e trabalhadoras da área da limpeza e de alimentos) e nos prostíbulos, com um agente administrativo, com atores ligados aos prostíbulos e com informantes. Para o presente texto, foram consideradas as entrevistas com as trabalhadoras e com o agente administrativo e os documentos oficiais.

O debate proposto primeiramente contextualiza as dinâmicas de instalação do segmento das usinas hidrelétricas e os impactos no município em questão, para, em seguida, analisar as condições de trabalho nas usinas e nos prostíbulos, bem como o impacto da flexibilidade na vida das mulheres, como um todo. Num segundo momento, argumentamos sobre as resistências no cotidiano de trabalho e, posteriormente, sobre as opressões de gênero. Por fim, apresentam-se reflexões sobre a formação de um

território de gênero, forjado a partir das principais experiências das mulheres, e a sintetização dos dilemas do estudo.

EXPERIÊNCIAS POLÍTICAS NO USO DO TERRITÓRIO: INSTALAÇÃO DO COMPLEXO ENERGÉTICO

As usinas hidrelétricas se constituem historicamente como parte das demandas dos processos de industrialização e de urbanização do Brasil. Desde os anos de 1970, servem como alternativas de lucro e de garantia de redução da dependência externa do país, através do fortalecimento de empresas privadas nacionais, no chamado processo de “modernização brasileira”. Essa lógica estava presente nos “planos”, que se perpetuaram nos governos militares (1964-1980)³ e, mais tarde, nos anos noventa, impactando na explosão do endividamento e na elevação das desigualdades sociais no país (SANTOS; SILVEIRA, 2006). Além disso, tais iniciativas impulsionaram as cadeias produtivas globais e a circulação do capital.

A lógica “desenvolvimentista” ainda prevalece na conjuntura atual. O soerguimento de quatro centrais de pequenas usinas hidrelétricas em 2018 na cidade de Quevedos, situada na microrregião Centro Ocidental do estado do Rio Grande do Sul, carrega consigo interesses de conglomerados econômicos, articulados ao Estado e à prefeitura local, a partir do menor preço da terra, dos recursos naturais, e da mão de obra barata e eficiente, em termos comparativos, em nível global (RAMALHO, 2005). As instalações guardam motivações no primeiro empreendimento energético instalado no município, em 1959 – conhecido como Quebra-Dentes –, que entrou em desuso devido a um acidente na barragem, em 1988. Ao longo dos anos 1990 e 2000, o Ministério de Minas e Energia do governo federal propôs que o bem público da União fosse reativado. À época, os representantes do órgão público fortaleceram os “sonhos” (Ata nº 1163 da Sessão da Câmara de Vereadores de Quevedos de 02/02/2018) de um grupo de moradores que atuavam junto ao poder público

³ As políticas neoliberais, de caráter autoritário, presentes nesses projetos, implicaram um “modelo universal de desenvolvimento” (IVO, 2012), adotando estratégias de mercado, o qual surgiu, a partir das influências dos países do norte (Japão, Estados Unidos, entre outros), em vista da crise global dos anos 1970, que atingiu a todos os países, entre eles o Brasil. Segundo Ivo (2012), as reformas do Estado, a partir dos anos 1980, têm sido “[...] em favor do mercado, através das privatizações, e operando a descentralização de políticas sociais, com ênfase nas dinâmicas locais [...] e com base no modelo de ‘parcerias público e privado’ [...] e na aplicação de políticas de austeridade e de ajustes fiscais” (IVO, 2012, p. 128).

municipal, inicialmente, e ao Ministério de Minas e Energia, mais tarde, na busca por investidores para a reativação do empreendimento, dando início ao primeiro ciclo de instalação das novas usinas hidrelétricas no município.

Em 2005, constituiu-se o primeiro ciclo de investimentos nas usinas hidrelétricas, feito por empresas de diferentes áreas do mercado globalizado, após a análise dos recursos naturais e atrativos do território. Tal ocorre a partir da ampliação da construção energética, para a qual os rios Toropi e Guassupi, por suas dimensões topográficas e geológicas disponíveis, foram escolhas convenientes para as instalações. Conforme José Ricardo Ramalho (2005), o “processo de racionalização” impacta os territórios de modo a alterar seu perfil, seus usos, além de fragmentá-los e de adaptá-los aos interesses do capital: o lucro e a competitividade. As primeiras negociações para as compras das propriedades rurais em que iriam se localizar os empreendimentos ocorreu em 2006. As dinâmicas de instalação dos empreendimentos têm ocasionado conflitos sociais com as famílias agricultoras, cujas territorialidades e modos de vida e de subsistência econômica foram espoliadas pelas desapropriações. Entre os anos de 2011 e de 2018, as “experiências políticas” (RAMALHO, 2005), como os protestos e as resistências, ocorridos nas localidades⁴, são visíveis em meio às articulações para instalação do empreendimento.

Os empreendimentos abrangeram, além do município de Quevedos, as cidades de Júlio de Castilhos e de São Martinho da Serra, que fazem divisa com o município em questão. As pequenas centrais de usinas hidrelétricas (PCH) são conhecidas como PCH Rincão São Miguel, PCH Cachoeira Cinco Veados, PCH Salto do Guassupi e PCH Quebra-Dentes. Conforme a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), estas unidades possuem uma potência de produção energética que varia entre 9 e 22 megawatts. Uma profissional liberal de uma das empresas construtoras do complexo afirma, em seu relato, que a dinâmica de organização dos empreendimentos:

[...] envolve quatro obras, cada obra está trabalhando independente. No início tinha Guassupi e a Quebra-dentes que estavam trabalhando meio juntas, e

⁴ A intervenção nos territórios conta com a autorização da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), através da Lei 9.074, de 7 de julho de 1995, que permite a desapropriação para uso de áreas para implantação de usinas de energia. Como destacado na entrevista com o agente administrativo das empresas: “[...] hoje se quisermos chegar e fazer uma usina lá sem perguntar para o dono da terra, você chega e faz por que a ANEEL te concede isso” (Entrevista, Agente administrativo, 2020).

agora no outro já se desmembraram. Todas fazem parte do complexo, mas cada uma está com sua equipe administrativa (Entrevista, profissional liberal A, 2020)⁵.

A interferência do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, em 2017, com a elaboração do Programa Gaúcho de Incentivo a Pequenas Centrais Hidrelétricas, flexibilizou leis de proteção ambiental que favoreceram a aprovação dos projetos pela Fundação Estadual de Proteção Ambiental (FEPAM), os quais já estavam há mais de 11 anos em tratativas. O Governo do Estado tem sido o protagonista na flexibilização de leis e na realização de concessões e de leilões, a fim de conquistar investidores para as usinas hidrelétricas. Igualmente, os acordos com investidores mediados pela prefeitura local ampliam e consolidam as estratégias, visando arrecadar benefícios para a cidade no que tange ao lazer, a melhorias em vias públicas, à geração de empregos, de impostos e de renda. Em contraposição, a administração municipal se responsabiliza por amparar as empresas, com a disponibilidade de serviços de saúde aos trabalhadores e pelo controle e manutenção do parque geobotânico, a ser construído ao final da instalação das centrais energéticas como compensação ambiental.

DA FLEXIBILIDADE À PRECARIIDADE DO TRABALHO FEMININO

Os empreendimentos energéticos instalados no território da cidade de Quevedos (RS) a partir de 2018 promoveram a incidência de empregos em ocupações distribuídas entre as áreas de alimentação, de limpeza, de administração e de diferentes setores da construção civil. Além destes, destaca-se a prestação de serviços sexuais, que cresceu desde a instalação das empresas no município em 2018 e 2019⁶. A mão de obra local é composta por trabalhadores(as) de diferentes regiões do país, mas, principalmente, do Sul e do Nordeste.

⁵ Utilizamos o termo “profissional liberal” para as trabalhadoras em cargos elevados das usinas (engenheira e nutricionista, por exemplo); “trabalhadoras das usinas” para os cargos mais subalternos (como serviços de limpeza e alimentícios); “prostitutas” para as trabalhadoras que atuam nos espaços com prostituição; e “agente administrativo” para os gestores dos empreendimentos. Essa conduta visa preservar as interlocutoras dos possíveis riscos, danos e estigmas, garantindo o sigilo de suas identidades, em conformidade com o Código de Ética da Sociedade Brasileira de Sociologia.

⁶ O primeiro prostíbulo surge em 2018, com a instalação da primeira empresa no município. Conforme entrevista com uma das profissionais liberais, é comum encontrar prostíbulos nas proximidades das obras de grandes infraestruturas. Inclusive, a empresa entende esses locais como de “entretenimento” (Entrevista, profissional liberal A, 2020). O primeiro prostíbulo se localiza na área rural do município de

As mulheres, nesse contexto, se inserem como profissionais liberais (a exemplo das engenheiras e nutricionistas subcontratadas) no setor administrativo e em ocupações laborais periféricas, como os setores de limpeza, alimentícios e na prostituição, vivenciando as condições degradantes do trabalho, como abordaremos na sequência. Nesse mesmo sentido, a “divisão sexual do trabalho” (HIRATA, 2002), fenômeno presente em todas as sociedades, o qual se constitui pelas “tensões nas relações de gênero” (KERGOAT, 2001), impactam as condições laborais, os tipos de empregos, os rendimentos, entre outros aspectos. Os princípios deste fenômeno separam e hierarquizam as funções e as posições femininas, atribuindo maior *status* e valor às atividades desempenhadas pelos homens e posicionando as mulheres em ocupações tipificadas ao seu gênero.

Em meio aos empregos dos empreendimentos energéticos, a presença feminina é majoritária nas ocupações que envolvem a limpeza e a preparação de alimentos, tais atividades exigem das trabalhadoras habilidades manuais e conhecimentos prévios. Quando não se encontram nestas funções, se posicionam como “entretenimento” e “lazer” aos trabalhadores, na prostituição⁷. Além disso, há um número reduzido de mulheres em cargos de poder (Entrevista, Profissional liberal, 2020). Igualmente, são elas que recebem as menores rendas nas funções desempenhadas na órbita do complexo energético. Uma das trabalhadoras observa em sua narrativa, sobre as condições de assalariamento: “As outras colegas [serviços alimentícios] ganhavam pouco para o serviço que fazem, ganhavam menos do que eu” (Entrevista, trabalhadora da Usina P, 2020).

Os trabalhos nesse contexto, como os serviços de limpeza, alimentícios, cargos liberais e administrativos, estão inseridos nas modalidades de empregos flexíveis, como resultado da reestruturação produtiva do capital. Essas formas de emprego privilegiam a redução dos gastos empresariais num processo chamado de “empresas enxutas” (HARVEY, 1992), com poucos trabalhadores e trabalhadoras fixas no quadro de funcionários. Estas empresas utilizam uma mão de obra frequentemente subcontratada e/ou informal.

Quevedos, nas redondezas do alojamento, que abriga em torno de 120 trabalhadores. Outro local emerge em 2019, localizado na área urbana da cidade.

⁷ Historicamente, no Brasil, a prostituição, apesar das suas especificidades, também possui “atributos” e degradações morais comuns a várias outras ocupações predominantemente femininas, como costureiras, lavadeiras, vendedoras ambulantes, trabalhadoras domésticas, entre outros (RAGO, 2012).

Este fenômeno, segundo David Harvey (1992), está vinculado à racionalização dos comportamentos das organizações produtivas, convertendo-se na “acumulação flexível” (HARVEY, 1992). Ele atinge “[...] os processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e dos padrões de consumo” (HARVEY, 1992, p. 43), alterando as leis trabalhistas, promovendo a desarticulação sindical, intensificando os ganhos modestos da classe trabalhadora e o desemprego estrutural. Esse regime confronta diretamente a rigidez do sistema fordista.

Analisando o caso brasileiro, Graça Druck (2011) e Ricardo Antunes (2011) apontam que as mudanças no mundo do trabalho, como consequências das crises nas esferas financeira e política, pouco alterou a condição da classe trabalhadora no país, pelo traço constitutivo da informalidade, e apenas intensificou a precariedade laboral. Além de ter provocado a maior fragmentação e a complexificação da “classe-que-vive-do-trabalho” (ANTUNES, 2011). Para Antunes (2011), as transformações nas últimas décadas vêm convertendo a concorrência, a busca pela produtividade e o acúmulo de capital em fragilização da sociedade e emergência de uma classe ainda mais excluída e precarizada.

Para tanto, a “divisão sexual do trabalho” também se (re)configura, na era flexível, pela sua “plasticidade [...] amoldando as formas de trabalho e de emprego” (HIRATA, 2002, p. 560). Como aponta Lena Lavinia (1997), em algumas ocupações reconhecidas socialmente como masculinas (engenharia, setores administrativos, etc.) há uma maior inserção feminina, a partir dos anos 1980, em períodos de crise financeira, a fim de garantir o rebaixamento dos custos da produção.

O processo de racionalização econômico também não está desassociado da discussão sobre prostituição. Historicamente, os segmentos empresariais vêm apresentando conexões com a prostituição no cotidiano laboral. Como aponta Antonio Gramsci (2001), no período fordista, as empresas visavam utilizar a satisfação sexual de seus funcionários como meio de garantir maior produtividade. Era (e permanece) comum nas gestões a reprodução da misoginia e da objetificação dos corpos femininos, bem como o uso da prostituição como “entretenimento”, como aponta uma de nossas interlocutoras. Assim, a dimensão subjetiva, relativa à personalidade do trabalhador, ao seu modo de vida e às suas relações íntimas, é impactada pelas condutas racionais do processo de trabalho na tentativa de formar um “novo tipo de homem” em prol do lucro, ao mesmo tempo em que incentiva a exploração e a subalternidade das mulheres.

Para entender quem são as trabalhadoras (das usinas e dos prostíbulos)⁸ que vivem parte de seus dias em meio aos “moinhos satânicos” (POLANYI, 2000) imbricados no complexo energético, ressaltamos que suas trajetórias são marcadas por empregos precários e ocasionais, como a venda de doces, de salgados e de lingers; o cuidado de idosos e crianças; manicure; o atendimento em supermercado; e na cozinha, havendo, ainda, as que se consideravam “donas de casa” e outras que se encontravam desempregadas. A grande maioria não possui o ensino fundamental completo e poucas têm ensino médio completo, enquanto as profissionais liberais são as únicas com ensino superior completo. O emprego representa a oportunidade de adquirir renda para si e o sustento de sua família, sobretudo para aquelas que são mães solo e que não recebem pensão dos pais de seus(suas) filhos(as). As prostitutas são as que mais relatam a solidão da maternidade.

Após apresentar brevemente a trajetória ocupacional e de vida das trabalhadoras (das usinas e dos prostíbulos), observa-se que elas estavam em busca de empregos. A inserção das trabalhadoras nas ocupações na órbita do complexo energético ocorre em função de indicações, tanto as moradoras da cidade de Quevedos quanto aquelas de outros locais. Os anúncios, convites e indicações para tais empregos são comuns em seus relatos, incluindo convites para os bares com prostituição.

A realidade das trabalhadoras (das usinas e dos prostíbulos) é marcada pela “desconcentração física do trabalho” (HAESBAERT, 2019)⁹. Este último sendo um elemento da flexibilidade laboral, também incide sobre a subjetividade, isto é, sobre a vida íntima das trabalhadoras, como veremos a seguir. Conforme Robert Castel (1998) e Rogério Haesbaert (2019), a flexibilidade implica um “ciclo de vida flexível” (CASTEL, 1998), resultado de empregos cada vez mais instáveis, inseguros e com risco para a vida das(os) trabalhadoras(es), provocando vivências estremecidas em prol da pura sobrevivência no dia a dia. Uma das interlocutoras que atua como funcionária em uma das empresas presentes na instalação das usinas hidrelétricas

⁸ Neste artigo, optamos por não diferenciar as trajetórias de vida e ocupacional das interlocutoras das usinas e dos prostíbulos em razão das semelhanças de gênero e de classe serem o fio condutor das suas experiências em comum.

⁹ Conforme Haesbaert (2019), a “desconcentração física do trabalho” é um mecanismo da racionalização do modelo flexível de produção, que integra um dos elementos da “produção difusa”, referente a ampliação de empregos marginalizados, como a terceirização, a subcontratação, os empregos temporários, entre outros, marcados pela mobilidade geográfica da classe trabalhadora: seja pelas exigências laborativas ou pela busca por empregos.

está no “trecho” há mais de seis anos “trabalhando de lugar em lugar” (CASTEL, 1998). Ela declara sua percepção sobre a cidade de Quevedos e sua expectativa quanto ao trabalho:

[...] não tive tanta dificuldade porque sempre morei no interior, então já estou acostumada a caminhar na rua e as pessoas se cumprimentarem. Já morei em cidade grande também, e como eu já estou no trecho faz 6 anos eu já estou acostumada, onde me colocarem para morar eu vou me adaptar (Entrevista, profissional liberal A, 2020).

Um dos aspectos comuns na vida das trabalhadoras (das usinas e dos prostíbulos) é a quebra dos vínculos afetivos familiares pelo distanciamento proporcionado pelas exigências móveis do trabalho. As mulheres permanecem entre um e dois meses sem contato físico com suas famílias, sobretudo as não residentes em Quevedos, que se encontram em “mobilidade geográfica” (HAESBAERT, 2019). O único contato afetivo dessas últimas é com suas colegas de labuta, favorável para as relações de amizade ao residirem nos mesmos bairros periféricos, em casas ou alojamentos disponibilizados pelas empresas, e nos prostíbulos.

A frequente “adaptabilidade” e as dificuldades que o sistema atual impõe às trabalhadoras fazem com que elas elaborem estratégias para amenizar a saudade da sua rede de parentescos através de chamadas de vídeo, do envio e do recebimento diário de fotos e de vídeos. As amizades construídas também são mecanismos que auxiliam como acalento quanto ao sentimento de solidão, provocado pelas condições “móveis” do trabalho. Uma das trabalhadoras revela problemas de adaptação e as implicações dos deslocamentos em sua vida íntima:

[...] minhas amigas vieram pra cá e acharam horrível, disseram que nunca sairiam de lá para vir pra cá, acharam que é muita coisa, muito longe. Eu disse: “ah me acostumei já” [...] tenho saudade da família, mas daí eu falo com eles quase todos os dias [...] meu marido quando vou pra casa ... esse mês ele não vai poder vir para cá, se não ele vem para cá... é... faz essas viagens... uma aventura para mim porque eu nunca tinha saído da cidade de carro, agora eu vou e volto sozinha... é uma experiência que jamais eu imaginei que iria ter [...] então imagina... eu demoro... no começo eu demorava 8 horas pra ir e 8 horas para voltar, agora eu já estou demorando 6 horas e meia, 6 horas e 40 minutos, então já diminuiu, já peguei mais prática. No começo me perdia também no caminho, mas agora estou tranquila, vou e volto tranquila, já virou uma rotina, um trecho para mim ir, mas é... tudo é experiência que a gente vai aprendendo... vai aprendendo [...], mas já gosto do local, gosto das pessoas, já me adaptei, já fiz amizade (Entrevista, trabalhadora da Usina D, 2020).

A saudade e a dificuldade em se deslocar para ver os filhos e a mãe em Salvador, no estado da Bahia, também são relatadas por uma das interlocutoras. Desde 2008, ela atua como “garota de programa” (Entrevista, prostituta B, 2020) entre os estados da BA, SC, SP, RJ e, mais recentemente, no RS. Em seu relato, aponta:

Eu tenho muita saudade dos meus filhos e da minha mãe... eu os vejo todos os dias por chamada de vídeo. E fico fora de casa um mês e depois retorno, mas devido a pandemia vou fazer dois meses longe de casa (Entrevista, prostituta B, 2020).

A insegurança pela inexistência de estabilidade empregatícia é motivo de preocupação, especialmente quanto ao futuro de seus filhos, à estabilidade econômica e ao futuro profissional. Em meio aos relatos, existe o interesse de regularizar a Carteira de Trabalho, como aponta a interlocutora que trabalhou boa parte de sua vida como doméstica em situação informal e prestou serviços de limpeza a uma das usinas durante um ano e seis meses, mas que foi demitida, sem aviso prévio, e relata seu sentimento de desamparo:

[...] eu vim para casa e até pensei que ia vender a minha casinha e ir embora... vou precisar ir lá no INSS para eles arrumarem umas coisas... tenho que regularizar sabe, porque a minha carteira de trabalho... acho que foi na usina que erraram, eles colocaram outro número na minha carteira, aí ficou dois números, daí eu tenho que ir lá pra regularizar isso (Entrevista, trabalhadora da Usina P, 2020).

Uma das interlocutoras que atua com prostituição em um dos bares da cidade revela sua trajetória ocupacional e suas inseguranças, seus medos e alguns dos constrangimentos por ela vividos. Após atuar em um abatedouro de suínos durante três anos e realizar trabalhos ocasionais, ao ser demitida do emprego, não conseguiu mais nenhum trabalho, optando pela vida “na noite” para seu sustento e de seus filhos. Em suas palavras:

Eu não conseguia serviço, larguei currículo naquela cidade, aquela cidadezinha pequena em R. S. (SC) [...] e daí um dia a minha irmã disse assim pra mim “mas para, deu, eu vou te levar para uma boate”, ela já tinha antigamente... ela já trabalhava em boate, daí me levou lá em T. (RS). Daí cheguei lá, aquele lugar com um monte de gente, né, muita mulher, daí ela me arrumou e disse assim pra mim: “vai lá e agora chega naquele lá”. Entrou um homem, no caso, um cliente, eu fui e ele olhou bem pra mim e disse assim: “não muito obrigado, tô bem sozinho”. Eu não conseguia me virar pra sair de

perto dele, de vergonha, fui lá e disse para mana “me leva embora”. Eu não queria ficar ali e ela: “não, não, mas espera porque vai chegar”, mas daí eu peguei e fui embora. Daí eu não fui mais, não voltei mais lá. Daí foi, foi, que eu fui numa menor, numa cidadezinha pequenininha lá em G. (RS), daí lá já era diferente, já tinha umas amigas minhas lá que eu conhecia sabe, porque a mana só podia me levar e saía, ficava só um pouquinho e tinha que sair lá em T. (RS) e lá em G. não, lá eu já conhecia mais. Não vou dizer que foi mais fácil, eu levava de um jeito mais diferente porque tinha várias pessoas que conhecia, mas é difícil no começo, é bem complicado. Depois eu trabalhei em vários lugares (Entrevista, prostituta B, 2020).

A dificuldade em encontrar um trabalho formal e estável é cada vez mais comum na era flexível, e esse dilema também é relatado por outra interlocutora. A jovem entrevistada trabalhou como secretária em um consultório médico após realizar um estágio como jovem aprendiz, e também foi atendente de supermercado e cuidadora de crianças, mas viu na prostituição um meio de “ganhar dinheiro fácil” (Entrevista, prostituta G, 2020) para seu sustento, como indica ao utilizar uma expressão que a sociedade não raramente utiliza para se referir a essa ocupação, e acrescenta: “[...] mas, assim, não que eu queira para o resto da vida, né, mas assim que me chamarem num serviço eu não pretendo mais trabalhar na noite” (Entrevista, prostituta G, 2020). Igualmente, outra interlocutora, mãe de quatro filhos e sem receber pensão dos pais das crianças, aponta a dificuldade de conseguir empregos. Segundo ela:

[...] tem dias que eu não tenho vontade de sair de casa porque estou com meus filhos, né, e eles pedem para mim ficar com eles, mas quando falta as coisas... daí a gente tem que ir [...] larguei uns currículos nas firmas, nas lojas, se me chamassem aí eu voltaria embora, se não, não (Entrevista, prostituta I, 2020)

Sonhos, interesses e perspectivas de futuro se assemelham entre as trabalhadoras (das usinas e dos prostíbulo). Nesse aspecto, é possível falar em um lugar de classe a partir das “experiências” (THOMPSON, 1987) em comum na vida como um todo, mesmo que, moralmente, a ordem dominante forje a separação dos seus trabalhos. É possível identificar semelhanças nas dimensões “cultural” e “moral” das trabalhadoras. Conforme Edward Thompson (1987), as experiências de classe são formadas no cotidiano da labuta diária e nos meios de convivência e de sociabilidade considerando-se ideias, valores e atitudes das trabalhadoras e dos trabalhadores, atreladas às dimensões econômica, social e cultural. Assim, o autor

entende que “a classe trabalhadora forma-se a si própria” (THOMPSON, 1987, p. 18). Seleccionamos narrativas que expressam esses aspectos, como um *ethos* presente no modo de vida de classe. Os interesses subjetivos presentes nas próximas narrativas denotam a ânsia pela conquista tanto de bens materiais e simbólicos quanto de formação no ensino superior:

Eu queria realizar a compra de um carro pra mim, né, porque eu não tenho e eu não sei dirigir, mas a gente aprende, porque que tem a autoescola e tudo, só que no momento eu não posso agora (Entrevista, trabalhadora da Usina, 2020).

[...] é um sonho de ter uma faculdade, como diz o outro, porque dá uma estabilidade no futuro, aí também quero minha filha formada, crescida. Dá uma vida estável para ela (Entrevista, trabalhadora da Usina A, 2020).

Do ponto de vista de gênero, também é possível perceber aproximações entre as realidades. Como aponta Julie Falquet (2016, p. 42): “[...] o mercado de trabalho não tem se tornado nem um pouco mais acolhedor para a maioria das mulheres não privilegiadas por raça e classe do planeta”. As mulheres que são mães, especialmente, narram desejos de garantir o bem-estar de seus filhos e de serem referência para eles:

Engravidei do meu primeiro filho com 14 anos, então ali eu parei de estudar, depois tentei fazer o EJA, mas... eu queria terminar meus estudos, sei lá, investir em uma coisa para vida, né, pra frente. Porque é aquela coisa, eu tenho que ser exemplo para poder cobrar dos meus filhos, né. Eu tenho um filho de 11 anos que vai fazer 12, e daí agora com essas coisas de aula à distância que tem que fazer trabalho de entregar e ele disse “ah, mas se meu pai estudou até a 4ª série, porque eu tenho que estudar? eu já passei do meu pai”. Entende? De mim até ele não falou, porque eu parei na 6ª série, mas vai chegar um ponto que ele vai chegar na 6ª série e vai falar a mesma coisa pra mim, né. E ele me cobra bastante isso aí: “ai porque eu tenho que estudar se vocês não estudaram?”. Então a gente tem que ter o que falar pra eles, né, porque eles são teimosos (Entrevista, prostituta B, 2020).

No cotidiano do trabalho, as atividades desempenhadas nos espaços das usinas e nos prostíbulos têm gerado problemas de saúde entre as trabalhadoras. Eles são causados pelas atividades pesadas da limpeza e dos riscos na preparação dos alimentos somadas às longas jornadas, bem como pelo consumo em excesso de bebidas alcoólicas por parte das trabalhadoras nos prostíbulos. Dores na coluna, cansaço e estresse são sintomas trazidos pelas interlocutoras, como apontado em um dos relatos: “[...] teve um dia que andei ruim, ruim da coluna e até falei pra dona Y, lá

no Rincão ainda, que ia pedir pra sair, não aguentava mais, cansada, e o horário também, a canseira” (Entrevista, trabalhadora da Usina A, 2020). Uma trabalhadora também relata a ingestão de uma bactéria nos alimentos das usinas, além de vivências no trabalho:

Era muito serviço pra mim, ficou muita casa pra mim. Eu fazia 15 casas, daí eu me ataquei da coluna, daí eles disseram que eu já tinha isso, só que eu não tinha [...] eu também podia ter até morrido, porque peguei uma bactéria e ficou inficionado o estômago. Podia até ter morrido aquela vez, eu emagreci uma coisa horrível. Não sei se era da carne ou era do azeite que eles fritaram. E o azeite era de muito tempo, sabe? Daí criou uma bactéria... eu fiquei um tempão ali com a bactéria, peguei dali e eu não sei de que alimento é (Entrevista, Trabalhadora da usina F, 2020).

Como destaca Luci Praun (2016, p. 70), o adoecimento ou acidentes de trabalho decorrem da deterioração das relações e do ambiente laboral, especialmente pelo “aumento do ritmo e da intensidade do trabalho” e mesmo, da má higiene dos espaços. Nos serviços alimentícios são produzidas em torno de 60 a 70 refeições diárias, com regras minuciosas quanto ao modo de preparo e ao cardápio dos alimentos, no entanto, os ambientes laborais possuem pouca ventilação e são “quentes” (Entrevista, Trabalhadora das usinas C, 2020). Entre os serviços de limpeza, as trabalhadoras possuem um número excessivo de casas e de alojamentos para limpar. Esses trabalhos exigem esforços físicos, como afastar e erguer móveis variados. Conforme as interlocutoras, os locais eram visivelmente “sujos”. Uma das trabalhadoras desta última função também revela as facetas autoritárias e a égide do controle e as repressões da chefia. Em suas palavras:

A Y era muito rude comigo, ela queria que eu fizesse as coisas do jeito que ela queria. Mesmo eu enviando as fotos, ela dizia que “não, estão reclamando do teu serviço, porque tu não foste na tal casa”. Os homens iam lá reclamavam do meu serviço ainda, dizendo que eu não tinha ido nas casas, que era para ir duas vezes por semana, só que não dava tempo. Eu trabalhava às vezes até no sábado de tarde. O horário era até meio dia, né, mas daí se eu quisesse fazer hora extra eu fazia no sábado de tarde. Mas eu tinha que fazer, porque eu não tinha limpado a última casa durante a semana (Entrevista, trabalhadora da Usina, 2020)

Além disso, a flexibilidade das longas jornadas é vivida pelas interlocutoras devido ao número excessivo de demandas na execução dos serviços. Algumas atividades também se expandem para o domicílio, como no caso das trabalhadoras dos cargos mais elevados. Segundo uma das interlocutoras:

O horário de trabalho é mais certo, das 7 às 18 horas, mas se estende até em casa, então eu posso dizer que o horário na obra são essas 10 horas, mas em casa muitas vezes chega, toma banho, come alguma coisa e vai trabalhar, daí trabalha até às 22 horas, nessa jornada 'extra obra' (Entrevista, profissional liberal A, 2020)

O intervalo de descanso das trabalhadoras das usinas é inexistente. Conforme uma das interlocutoras que atua no setor alimentício, o horário de intervalo corresponde das 11 horas às 11 horas e 40 minutos, no entanto, ele coincidia com o tempo de servir os almoços para os demais trabalhadores e, conseqüentemente, levava as trabalhadoras a usarem o tempo de almoço como intervalo, como revelado no depoimento:

Nós temos um intervalo de 40 minutos. Daí a gente, às vezes, quando está muito apurado, não tira esse intervalo, acaba tirando na hora do almoço, ou excede um pouquinho no final, né. O nosso horário de intervalo já não daria para tirar nesse horário, porque é a hora de servir no refeitório (Entrevista, trabalhadora da Usina P, 2020).

Algumas empresas, não disponibilizam transporte para as trabalhadoras e algumas delas precisam custear as passagens de ônibus, ou aproveitam as oportunidades, quando surgem "caronas", para se deslocar aos espaços de trabalho. Segundo a narrativa de uma das interlocutoras: "Elas ganhavam um salário, só que daí tinha que pagar o transporte, né, mas elas iam a pé pra não gastar, depois alguém trazia elas de carona daí... ou se elas fossem de carro elas tinham que pagar o carro" (Entrevista, trabalhadora da Usina P, 2020). Conforme Helena Hirata (2002, p. 97), esse contexto representa "[...] a desigualdade de status, de condições de trabalho, de salários e de direitos".

A RESISTÊNCIA FEMININA NOS ESPAÇOS LABORAIS

Espaços laborais repressivos são privilegiados para às "inconformidades" (CHAUI, 2014) e às "contestações" (THOMPSON, 1987) da classe trabalhadora. Em nossa pesquisa é possível observar formas de resistências nas ações das trabalhadoras presentes no cotidiano do trabalho (nas usinas e nos prostíbulos). Esse comportamento se expressa a partir de relações sociais que contrariam as ideias da "economia pura de mercado" (POLANYI, 2000), na qual esta última é marcada por

relações impessoais. As rebeldias e os embates das trabalhadoras das usinas têm se manifestado na oposição aos serviços repetitivos e intensivos desempenhados, tanto nas limpezas quanto na preparação dos alimentos. As mulheres, com base em “práticas de recusas” (MARONI, 1982), têm usado seus conhecimentos na preparação dos alimentos para contrariar o “poder disciplinador do trabalho” (MARONI, 1982) face às regras e às exigências para cada refeição produzida ou limpeza realizada. Conforme uma das interlocutoras: “elas [trabalhadoras] sempre tentam mudar, querem fazer do jeito delas e não é assim... ou a gente pega de um jeito ou... a gente tem que fazer como a empresa manda” (Entrevista, trabalhadora da Usina D, 2020).

As ações de inconformidade são visíveis ao chegarem mais tarde no trabalho ou deixarem de fazer algumas atividades e não corresponderem à produtividade exigida, atrasando as refeições ou limpando “só no meio” (Entrevista, trabalhadora da Usina P, 2020), deixando de limpar embaixo dos móveis, dentro de geladeiras e de armários ou os banheiros mais sujos.

Esses comportamentos rebeldes e contestatórios das trabalhadoras levaram os demais trabalhadores dos espaços das usinas e dos alojamentos – habituados a determinado tratamento – a reclamar das refeições e da limpeza. Nesse sentido, organizaram um “abaixo-assinado”, em 2019, visando “expulsar” funcionárias específicas que julgavam “preguiçosas”, bem como reclamavam diretamente com as chefias (Entrevista, trabalhadora da Usina E, 2020) ou insultavam verbalmente as trabalhadoras durante o consumo dos alimentos. Segundo uma das interlocutoras: “[...] esses dias eles estavam fazendo escândalos e coisas assim, reclamando e fazendo o terror... reclamando muito, fizeram um abaixo-assinado e essas coisas” (Entrevista, trabalhadora da Usina E, 2020).

Conforme Amnérís Maroni (1982), a resistência da classe trabalhadora, mesmo que espontânea, se torna importante e significativa para pressionar as “investidas repressivas do capital”. Nesse sentido, as empresas, na tentativa de desmobilizar ações contra produtivas, usaram recursos como demissões e repressões as funcionárias e os funcionários envolvidos nos conflitos, a fim de minimizar os comportamentos da “tônica” comum em suas ações: contestações políticas que induzem a melhores condições de trabalho.

Comportamentos semelhantes ocorrem com as mulheres que atuam nos espaços de prostituição, sobretudo as “microrresistências” (MARONI, 1982) das trabalhadoras, como a rejeição aos clientes que as desagradam, principalmente os

mais velhos, como aponta a interlocutora: “[...] às vezes até olho e, nossa, tem idade para ser meu avô, meu pai, daí prefiro beber... não que eu nunca vou, né, mas eu prefiro beber” (Entrevista, prostituta A, 2020). As trabalhadoras também embriagam os clientes para não precisarem ir para o quarto. Assim como são planejadas estratégias no espaço de trabalho, a fim de se manterem sóbrias ao longo da relação com o cliente, como declara esta interlocutora: “[...] eu tomo uns golinhos de água, assim, pra não ficar muito mal e como também, né” (Entrevista, prostituta H, 2020). Ao se referir ao comportamento com os clientes, a interlocutora acrescenta:

[...] se eu vejo que o homem tem muito dinheiro, eu vou sugando bebidas mais caras que eu ganho a comissão mais cara, também, que eu ganho mais dinheiro pra beber. Daí eu não preciso ir pro quarto, sabe. Aí eu tento tirar mais em bebida do que eu tenha que ir pro quarto, porque eu não gosto (Entrevista, prostituta H, 2020).

As atitudes das mulheres reforçam os antagonismos perante as explorações no espaço de trabalho e expõe a “não homogeneidade” (THOMPSON, 1987) das “práticas de resistência” (MARONI, 1982), que se alteram a depender da demanda do grupo de trabalhadoras e se amoldam a realidade laboral. Conforme Polanyi (2000), esses comportamentos refletem no “contramovimento da sociedade”, a fim de corromper as explorações provocadas pelas ordens mercadológica e despótica do capital.

OPRESSÕES DE GÊNERO NA ÓRBITA DAS USINAS HIDRELÉTRICAS

As opressões vividas pelas mulheres, segundo Heleieth Saffioti (2013), emergem do gênero e da raça/etnia operarem como “marcas sociais” e promoverem “desvantagens”, levando à “marginalização social das mulheres” tanto como corpos inferiores e passíveis de dominação e violação como no posicionamento destas como força de trabalho subalterna e de menor custo na esfera de bens e de serviços.

As trabalhadoras relatam casos de assédios moral e sexual, além de violências físicas, vivenciadas nos espaços das usinas e nos prostíbulos. Os relatos expressam casos nos quais homens “passam a mão nas pernas” (Entrevista, profissional liberal A, 2020) das mulheres e desmerecerem o conhecimento e as potencialidades femininas no trabalho. Em um relato que expressa um caso de assédio moral vivido por uma das interlocutoras, a entrevistada conta ter ouvido de um trabalhador o

seguinte: “[...] eu sei que foi ela que pediu, essa Y não sabe de nada” (Entrevista, profissional liberal, 2020). Igualmente, tensionamentos para praticar atos sexuais são frequentes entre as trabalhadoras que convivem nos espaços em que há uma maior circulação masculina (alojamentos e refeitórios). O comportamento dos homens nos bares com prostituição tem características que se assemelham ao abuso por estes se sentirem “donos da mulher enquanto estão ali” (Entrevista, prostituta A, 2020), fazendo com que conflitos com clientes sejam comuns. Em um dos casos, a trabalhadora percebeu que o cliente estava ficando agressivo e decidiu sair do local. No seu depoimento, ela relata:

[...] ele me agarrou e me puxou pelo cabelo e eu peguei empurrei ele e saí correndo. [...] sei que ele ficou bem transtornado, depois saiu. Eu me ajeitei, né, porque eu saí correndo, me ajeitei e daí ele veio e pediu desculpa e tudo pra mim, como se fosse uma coisa bem normal pra ele, sabe. Mas é bem preocupante, tu sente o medo. Imagina, tu está fechada com um cara e tu sabe que um homem é bem mais forte que tu, sempre, né; ainda bem que eu consegui sair, pensa se ele tivesse me batido lá, e a música alta no salão, ninguém ia escutar, né (Entrevista, prostituta E, 2020).

As violências físicas e os assédios, que desumanizam as mulheres, somam-se à exploração da força de trabalho no contexto familiar. A subserviência, atribuída ao gênero feminino, simultaneamente as responsabiliza e leva a uma maior exaustão no trabalho doméstico, pela necessidade de execução ampliada das atividades fora do espaço laboral produtivo, estendendo-se à esfera privada. A dupla jornada de trabalho tem sido um dos fatores mencionados pelas trabalhadoras que residem com suas famílias na cidade, exercendo um “status dual” (SAFFIOTI, 2013), como principais responsáveis pelo cuidado e pela manutenção familiar. Uma das interlocutoras aponta o estresse da vida entre o lar e o trabalho produtivo como um somatório de serviços que impactam a sua subjetividade e seus tempos de descanso e de lazer:

Eu ficava bem estressada, porque eu não gosto de deixar as coisas sujas sabe, eu chegava bem estressada. Aí o meu marido ficava em casa, ele limpava as coisas, só que eu sempre me estressava sabe, eu sempre fiquei bem estressada com esse serviço, com os outros não, mas com esse eu fiquei estressada porque era muito serviço. Daí eu chegava cansada e tinha que fazer comida, tinha que fazer minhas coisas da casa, né, para no outro dia sair cedo de novo. (Entrevista, trabalhadora da Usina P, 2020)

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) demonstra que no Brasil as mulheres trabalham 10,4 horas a mais do que os homens nas atividades

domésticas (IBGE, 2020)¹⁰. Historicamente, a extensão dessas tarefas é socialmente e economicamente pouco valorizada, sendo marcada pela gratuidade e identificada como uma realização por afeto, como uma incumbência da “natureza” feminina, assim como representa os lugares secundário e inferior da labuta das mulheres.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As ocupações disponíveis nas usinas e nos prostíbulos são espaços em que as mulheres se encontram periféricamente situadas, diante das implicações da flexibilidade e, conseqüentemente, da precariedade laboral e de vida. Estudos demonstram que não é novo, e tampouco recente, o fato de que as mulheres estejam inseridas em trabalhos precários e informais (HIRATA, 2002), sendo a principal mão de obra a auxiliar no “rebaixamento dos custos de produção, como uma necessidade incessante e renovada” (LAVINAS, 1997, p. 2).

A partir da análise de experiências comuns entre as interlocutoras (das usinas e dos prostíbulos) deste estudo no que tange às dimensões de trabalho, da experiência de classe e de gênero em seus aspectos cultural, social e econômico, pudemos perceber a formação de um território de gênero tanto do ponto de vista objetivo quanto subjetivo. Eles se revelam, através dos valores, ideias, sonhos, ostensividade do aparato de controle laboral, altas jornadas, mobilidade geográfica, contestações nas relações diretas nos espaços laborais, assim como das explorações (nos trabalhos produtivo e reprodutivo) e opressões (assédios e violências físicas). Percebeu-se também a elaboração de estratégias de resistência, a fim de minimizar as conseqüências da precariedade vivida, que transcendem o âmbito produtivo, mas implicam na esfera da vida como um todo.

O estudo aponta, de um lado, as condições objetivas laborais que representam, de um lado, a precariedade *pari passu* às repressões diretas do capital sobre a classe trabalhadora; e, de outro, as opressões das relações de gênero, impactando na vida das mulheres em termos gerais. Há uma multiplicidade de experiências vividas neste território, na órbita do complexo energético, composto por mulheres que lutam e que resistem para sobreviver num contexto no qual, como ressalta uma das interlocutoras:

¹⁰ Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/27877-em-media-mulheres-dedicam-10-4-horas-por-semana-a-mais-que-os-homens-aos-afazeres-domesticos-ou-ao-cuidado-de-pessoas>. Acesso em: 16 jul. 2021.

“tem uns enchendo os bolsos e os outros na miséria” (Entrevista, trabalhadora da Usina P, 2020).

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 2011.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social:** uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1998.

CHAUI, Marilena. **Conformismo e resistência.** Belo Horizonte: Autêntica Editora; Fundação Perseu Abramo, 2014.

DRUCK, Graça. Precarização e informalidade: algumas especificidades do caso brasileiro. *In:* OLIVEIRA, Roberto V.; GOMES, Darcilene; TARGINO, Ivan (Org.). **Marchas e contramarchas da informalidade do trabalho:** das origens as novas abordagens. João Pessoa: Editora Universitária, 2011.

FALQUET, Jules. Transformações neoliberais do trabalho das mulheres: libertação ou novas formas de apropriação? *In:* ABREU, Alice R. P.; HIRATA, Helena; LOMBARDI, Maria Rosa (Org.). **Gênero e trabalho no Brasil e na França:** perspectivas interseccionais. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

GRAMSCI, Antonio. Caderno 22 (1934): Americanismo e fordismo. *In:* GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere.** v. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna.** Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 1992.

HAESBAERT, Rogério. **O Mito da Desterritorialização:** Do Fim dos Territórios à Multiterritorialidade. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019.

HIRATA, Helena. **Nova divisão sexual do trabalho?** Um olhar voltado para a empresa e a sociedade. São Paulo: Boitempo, 2002.

KERGOAT, Danièle. **Division sexuelle du travail et rapports sociaux de sexe.** Genebra: Graduate Institute Publications, 2001. Disponível em: <https://books.openedition.org/iheid/5419>. Acesso em: 13 jul. 2021.

LAVINAS, Lena. Emprego feminino: o que há de novo e o que se repete. **Dados – Revista de ciências sociais,** Rio de Janeiro, v. 40, n. 1, 1997.

MARONI, Amn ris. **A estratégia da recusa**: análise das greves de maio/78. São Paulo: Brasilense, 1982.

POLANYI, Karl. **A grande transforma o**: as origens de nossa época. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

PRAUN, Luci. **Reestrutura o produtiva, saúde e degrada o do trabalho**. Campinas: Papel Social, 2016.

RAMALHO, José Ricardo. Novas conjunturas industriais e participa o local em estratégias de desenvolvimento. **Dados – Revista de ciências sociais**, Rio de Janeiro, v. 48, n. 3, p. 491-524, 2005.

RAGO, Margareth. Trabalho feminino e sexualidade. *In*: DEL PRIORI, M.; PINSKY, C. B. (Org.). **História das Mulheres no Brasil**. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. 9. ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes**: mito e realidade. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

THOMPSON, Edward P. **A forma o da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

* Artigo recebido em 27 de julho de 2021,
aprovado em 18 de agosto de 2021.